

Universidade Amílcar Cabral: uma parceria para o reforço da Lusofonia*

Manuel Damásio**

Hoje, 13 de Novembro de 2003, seria apenas e simplesmente hoje, se 13 de Novembro de 2003, não fosse já, indelevelmente, um dia inscrito na História da Guiné-Bissau. Hoje, 13 de Novembro, faz-se História. Aqui.

De facto, a solene apresentação pública da Universidade Amílcar Cabral em tão solene e concorrida cerimónia, efectuada sob a alta, honrosa e tutelar égide de Sua Excelência a Senhora Ministra da Educação, Maria de Fátima Barbosa, de Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro, Artur Sanhá e de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Henrique Pereira da Rosa, constitui um marco decisivo e um evento incontornável no historial do processo de institucionalização e implementação dos estudos superiores guineenses, em sede universitária.

Evento este a que a presença de tão numerosas, representativas e insignes entidades oficiais e da sociedade civil confere a maior dignidade e a certeza da maior consonância com os superiores interesses da nação guineense.

Nem podia deixar de assim ser: está em causa, como objectivo primordial e imediato, o futuro da juventude, o futuro da Guiné-Bissau.

É já extenso o caminho percorrido neste processo, percorrido em obediência a variáveis ritmos a que a sua complexidade, abrangência e responsabilidade obrigaram, mas em obediência, também, a um invariável rumo, que nunca divergiu ao sabor de quaisquer circunstâncias, dificuldades e conjunturas.

Seguiu-se sempre em frente, com avanços, com paragens, mas nunca com recuos.

Seguiram-se sempre as razões da razão. E a razão é só uma: o interesse da Guiné-Bissau, centrado na sua essencialidade última: as novas gerações que são o futuro, insubstituivelmente, da pátria guineense.

Esse interesse chama-se, concretamente, Universidade Amílcar Cabral, cuja viabilização se configura num modelo organizacional que concilia eficácia de gestão com a independência estratégica científica e pedagógica plena, que é aferida, só e tão só, pelas necessidades prioritárias da Sociedade e do Estado Guineense, que, por sua vez, são definidas, só e tão só, por essa mesma Sociedade e esse mesmo Estado Guineense. É essa fórmula que apresentamos: Universidade Pública Estatal, com gestão não pública por uma sociedade de direito guineense, sem fins lucrativos. Deste modelo, falar-se-á até à exaustão. Orgulhamo-nos do modelo, da sua novidade e exactidão.

Assiste-nos, por isso, a convicção profunda da bondade intrínseca deste Projecto, da sua viabilidade e, sobretudo, da sua modernidade inovadora, já publicamente louvada em fóruns multinacionais por prestigiadas entidades académicas e organismos internacionais.

Para esta nossa persistência, para a firmeza da nossa convicção e para a inamovibilidade da nossa vontade muito contribuiu – como é da mais obrigatória justiça lembrar – o património intelectual e o acervo doutrinário de muitos ilustres guineenses – nomeadamente do Grande Líder Engenheiro Amílcar Cabral – que desde há longos anos, pensaram, reflectiram, fundamentaram e escreveram sobre este desiderato nacional, condição *sine quo non*

* Discurso proferido na Sessão Solene de Abertura da Universidade Amílcar Cabral, em Bissau, 13 de Novembro de 2003.

** Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Animação Cultural (COFAC), entidade instituidora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). Administrador da ULHT.

da verdadeira liberdade, plena independência e sustentabilidade social da Guiné, como País soberano. A Universidade Amílcar Cabral resulta de uma reflexão sobre a sua imprescindível valência estratégica, no plano social e imprescindível significado patriótico, no plano nacional.

Julgo que posso e, portanto, devo afirmar, publicamente, que desde 1999, data do início da colaboração institucional das Partes envolvidas neste Projecto, nos termos dos protocolos de cooperação então vigentes, houve sempre uma convergência essencial na intelecção crescente da complexidade dos problemas que houve que equacionar e que houve, sobretudo, que solucionar.

Neste aspecto, o posicionamento estratégico dos diferentes Ministros da Educação dos diferentes Governos foi, no essencial, imutável.

Julgo, ainda, que posso e, portanto, devo acrescentar que foi sempre prática metodológica, conscientemente assumida, procurar integrar nos estudos de viabilização da Universidade Amílcar Cabral, saberes e experiência de quem, pioneiramente nos precedeu, bem como as sugestões e críticas de quem nos acompanhou e, sobretudo, houve sempre unanimidade inquestionável sobre um princípio de realismo institucional: a Universidade Amílcar Cabral vem para alargar oportunidades, exponenciar e integrar realidades vigentes, não vem para substituir instituições, ou pior ainda, duplicar instituições, em paralelismo economicamente gastantes e psicológica e politicamente desgastantes.

Procuram-se sinergias máximas, com dispêndio de energias mínimas.

Ouvidas que foram as palavras de enquadramento eminentemente técnico e científico da Senhora Ministra da Educação e aguardando com grande expectativa as palavras de enquadramento e parametrização política do Senhor Primeiro-Ministro e, finalmente, as palavras de definitivo enquadramento institucional de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, remeto – se me é lícito – para o Magnífico Reitor da Universidade, em obediência, aliás, ao guião programático dos trabalhos, na presente Sessão, a douta incumbência de apresentação, a seu tempo,

de forma pormenorizada e visualizada deste projecto que tem muito do entusiasmo, dedicação, entrega intelectual e física e que é fruto, em significativa parte, do sonho e opção de vida do eminente cidadão Tchernó Djaló.

Reservo para a minha modesta intervenção referir, em linhas necessariamente selectivas, o contributo inicial da COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, crl, a cujo Conselho de Administração presido, no processo UAC.

Serei selectivo, como disse, serei breve, quanto desejável, serei claro, quanto necessário, serei conciso, quanto possível, sem prejuízo de me disponibilizar para prestar posteriormente toda a informação julgada pertinente pela comunicação social que é, desde já, elemento determinante quer na divulgação dos objectivos subjacentes e justificativos da UAC, quer de informação para os decisores políticos quanto às expectativas existentes na sociedade civil.

A COFAC gere em Portugal a mais recente Universidade Portuguesa que em cinco anos se constituiu como a maior Universidade não estatal: a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e as Escolas Superiores que lhe são adjacentes, como a ESEAG - Escola Superior de Educação Almeida Garrett, o ISHT – Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias e a ERISA – Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches.

Com a colaboração de 805 professores e 310 funcionários, lecciona cursos superiores, dos quais 14 Bacharelatos, 36 Licenciaturas, 8 Mestrados e 29 Pós-Graduações.

Frequentam estes cursos mais de 12.000 discentes, dos quais 1364 de países africanos lusófonos, sendo 161 guineenses, que beneficiam na sua totalidade de bolsas de estudo, materializadas na concessão de redução muito significativa das propinas e na concessão de benefícios sociais, que no decurso dos últimos cinco anos de funcionamento totalizam 7.264.040,00 Euros, dos quais 837.150,00 Euros atribuídos a estudantes guineenses.

A denominação e caracterização desta Universidade como Lusófona, como Humanística e como Tecnológica exige breve explanação que será certamente explicativa da nossa filosofia institucional, nos seus

propósitos, nas suas prioridades e na especificidade da sua actuação.

A Lusofonia, quando assumida em sede universitária, é, necessariamente, matéria de estudo, bem patenteada, aliás, na sua integração temática, substantiva ou de extensão cultural, em vários cursos de licenciatura como componente lectiva e intelectual dos respectivos currículos.

A Lusofonia, em sede universitária, é matéria de estudo científico, com metodologia científica.

É epistemologia, não é retórica. É espaço, não é doutrina.

A Lusofonia, porque assumida em sede universitária implica, no caso vertente e único da ULHT, a sua integração explícita nos Estatutos, governamentalmente aprovados, como objectivo institucional, como é bem legível no artigo 4º do Decreto-Lei nº92/98 de 14 de Abril, que instituiu a Universidade Lusófona e lhe assinalou como objectivos estatutários – cito – *“o ensino, a investigação e a prestação de serviços nos vários domínios da ciência, da cultura e das tecnologias, numa perspectiva interdisciplinar e, especialmente, (sublinho especialmente) em ordem ao desenvolvimento dos países e povos de língua portuguesa”*. Honra-nos e motiva-nos saber que somos a única Universidade Portuguesa, pública ou privada, que consigna tão nobre escopo na sua matriz existencial.

Implicou a adopção de uma política de cooperação que, no caso da ULHT, consiste numa política de benefícios sociais de relevante interesse como se depreende do elevado número de estudantes que optam pela ULHT, em cursos com paridade em outra Universidade.

Implicou, ainda, a concretização faseada de importantes projectos de cooperação, como no Brasil (vários), Moçambique (um), e em Angola um em funcionamento e outro em negociação final, a ULANGOLA-Universidade Lusófona de Angola.

Não só considero indissociável o Humanismo e a Lusofonia, como considero serem conceitos de imbricação recíproca.

A Lusofonia é inteligível e conceptualizável em termos essencialmente linguísticos, culturais e humanísticos.

Em tempos de mundividências predominantemente redutoras, na concepção do Homem e da Vida, de substantivação do que é adjectivo, de priorização do acessório sobre o necessário, a ULHT teve, desde o início e com larguíssimos horizontes temporais, na cíclica, como diriam os gregos, ou helicoidal, como diz Eugénio d’Ors, evolução civilizacional, a perspicácia histórica de pugnar pela componente humanística na estruturação dos seus cursos e na definição dos seus conteúdos.

A Universidade Amílcar Cabral, em meu entender, passada a fase da indeclinável e inadiáveis prioridades na estruturação dos cursos a leccionar, deverá incorporar e materializar, uma vocação lusófona e humanística que dê à Universidade a exacta dimensão da sua universalidade (passe o quase pleonismo e a quase redundância semântica).

A vertente da Tecnologia na Universidade Lusófona obedece à indeclinável necessidade da Universidade corresponder às necessidades concretas da sociedade.

A Universidade Lusófona afirma-se, desde o início, pela excelência e pertinência de cursos na área tecnológica.

Para ser sucinto, referirei apenas que foi criada a Escola Superior Ribeiro Sanches, na área das tecnologias da saúde, com quatro licenciaturas, enfermagem, análises clínicas, farmácia hospitalar e radiologia, aguardando-se no corrente ano a criação do curso de licenciatura em fisioterapia, e somos candidatos ao curso de licenciatura em medicina, na sequência do curso de Ciências Farmacêuticas que se encontra no seu quarto ano de leccionação na Universidade Lusófona.

Na intensa marcha de institucionalização e afirmação da ULHT ressaltam algumas etapas que encontram paralelismo na trajectória prognosticada para a UAC.

Também a ULHT nos cursos ministrados em instituições precursoras do ensino universitário desenvolveu, cursos tecnológicos, através de institutos politécnicos, como o ISHT, em actual e actualizado funcionamento, de forma a dotar Portugal de quadros tecnicamente preparados para responder aos problemas presentes e previsivelmente futuros do tecido empresarial.

Numa sociedade que arranca a partir de níveis diagnosticados como profundamente carentes de quadros técnicos qualificados, há que ter a coragem, humildade e realismo de priorizar o "saber fazer", ao "saber ser" e atingidos que sejam patamares de excelência social o "saber ser para saber fazer".

Refiro estes cursos, por corresponderem a prementes necessidades nacionais guineenses.

Foi esta vivência e experiência e *know-how* universitário que disponibilizámos para a UAC.

A Universidade Lusófona e a sua entidade instituidora, a COFAC, deram passos conjuntos com o governo da Guiné-Bissau.

Foi uma etapa importante que chegou ao seu *terminus*.

O Senhor Reitor explanará que subjacente ao projecto UAC na sua componente lectiva está única e soberanamente o governo da Guiné, conforme os estatutos da Universidade elaborados e aprovados nos termos da Constituição que lhe facultará o exercício independente da sua autonomia.

Foi a nível da gestão da Universidade Amílcar Cabral que houve as mais antitéticas hipóteses de trabalho, desde a criação de uma universidade privada, gerida por uma instituição portuguesa, cenário este em que a Universidade Lusófona não esteve nem dificilmente estaria presente, nas actuais e precedentes circunstâncias, até à hipótese da solução clássica, puramente estatizada, de que os estados modernos procuram parcialmente e paulatinamente desembaraçar-se.

A solução encontrada foi a de uma Universidade estatal gerida por uma entidade privada de direito guineense, a Fundação para a Promoção do Ensino e da Cultura, FUNPEC, que tem como entidade instituidora o Governo da Guiné e a COFAC, na sua qualidade de entidade gestora da Universidade Lusófona.

Mais uma vez deixo ao magnífico Reitor, na sua qualidade de Presidente da FUNPEC a incumbência de apresentar a sua constituição e funcionamento. Chegados a este ponto, compete apenas à COFAC cumprir as suas obrigações estatutárias na FUNPEC, assumidas no seu acto de constituição.

Novas etapas virão, de superior cooperação. Não tenho dúvidas.

Novas etapas virão de cooperação, em parceria, entre a UAC e a ULHT, como prestigiadas instituições de ensino superior de dois países do espaço lusófono, em termos acordados, num espírito de intercâmbio que é a natureza intrínseca do saber: *Bonum est diffusivum sui*, como diziam os filósofos escolásticos. O saber não é só um bem, é o melhor dos bens, no inventário global do património comum da Humanidade.

Inscrevo, assim, na história simples da minha vida, o dia de hoje, como um dia da maior felicidade porquanto me foi dada a honra de poder contribuir para mais e decisivo passo irreversível na concretização da UAC, como elemento estruturante da sociedade guineense e que se propôs desde sempre contribuir definitivamente para a retenção no País dos seus quadros mais qualificados, para a promoção do retorno de quadros dispersos na diáspora guineense, para a consolidação da lusofonia e, sobretudo, para a promoção de um futuro melhor para a juventude da Guiné.

Termino com uma declaração de entusiasmo e de fundada esperança: espero que este dia seja compreendido na sua significação plena. Hoje é o dia em que se torna visivelmente inquestionável a consonância de todos os níveis de decisão sobre a UAC e que, interna e externamente, se tornou claramente inteligível que a UAC é uma opção do Plano de Emergência do Governo de Transição, cujo Ministério da Educação elegeu a abertura do ano Pré-Universitário da UAC, como uma das suas prioridades.

Gesto de fé acredita antes de ver.

Foi a nossa missão.

A partir de agora está criada a condição que tantas vezes nos foi invocada: a certeza de que a UAC é uma opção nacional, em consonância total de toda a cadeia hierárquica do poder e que tem a concordância essencial da sociedade civil.

Execute-se com a celeridade possível a finalização das obras de recuperação do edifício da Administração, da Reitoria e da Secretaria. Equipem-se esses espaços com o equipamento já disponibilizado.

A Universidade Amílcar Cabral é uma opção nacional, uma prioridade do povo e do governo da Guiné-Bissau.

Que a cooperação portuguesa, a cooperação dos países amigos e a cooperação internacional vejam, oiçam e ajam, com celeridade. Trata-se de juventude da Guiné-Bissau.

Bissau, 13 de Novembro de 2003